

## **Quem acolhe o menor, a mim acolhe: A Campanha da Fraternidade de 1987 e a mobilização da Igreja Católica em prol da infância pobre e abandonada**

**The one who shelters the youth, shelters me: The Fraternity Campaign of 1987 and the mobilization of the Catholic Church for the poor and abandoned children**

**Quien acoge al menor, a mí me acoge: La Campaña de la Fraternidad de 1987 y la movilización de la Iglesia Católica para la infancia pobre y abandonada**

Elisangela da Silva Machieski\*

**Resumo:** A Campanha da Fraternidade de 1987, que teve como tema “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”, foi foco central de análise desta narrativa histórica. A problemática partiu da ideia de que a Igreja Católica contribuiu para dinamizar a discussão do chamado problema do menor por vários meios; no entanto, foi a partir desta campanha que a temática ganhou amplitude, capaz de atingir grupos populacionais anteriormente não alcançados. Diante dessa perspectiva, o artigo buscou responder – por meio de dois livros elaborados para a Campanha da Fraternidade e alguns relatórios provenientes da Pastoral do Menor – como essa pauta ganhou o cenário nacional, além de apresentar quais foram os seus desdobramentos: a articulação da Pastoral do Menor, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Palavras-chave:** Campanha da Fraternidade. Ciclo da Marginalização. Infância Abandonada.

**Abstract:** The Fraternity Campaign of 1987, whose theme was “The one who shelters the youth, shelters me”, was the central focus of analysis of this historical narrative. The issue arose from the idea that the Catholic Church was already contributing to stimulate the discussion of the so-called "childhood problem" by various means; however, it was from the onset of this campaign that the theme gained breadth, capable of reaching previously untargeted population groups. Given this perspective, the article sought to answer – through two booklets prepared for the Fraternity Campaign and some reports from the *Pastoral do Menor* – how this agenda gained the national scene, in addition to presenting what were its consequences: the articulation of the Pastoral do Menor, Article 227 of the Federal Constitution of 1988 and the *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

**Keywords:** Fraternity Campaign. Marginalization Cycle. Abandoned childhood.

**Resumen:** La Campaña de Fraternidad de 1987, cuyo el tema fue "Quien acoge al menor, a mí me acoge", fue el foco central del análisis de esta narrativa histórica. El problema comenzó con la idea de que la Iglesia Católica contribuyó para estimular la discusión del llamado

problema del menor por varios medios; sin embargo, fue a partir de esta campaña que el tema ganó amplitud, capaz de llegar a los grupos de la población previamente no alcanzados. Dada esta perspectiva, el artículo buscó contestar – a través de dos libros preparados para la Campaña de la Fraternidad y algunos informes de la Pastoral de lo Menor – cómo esta agenda ganó la escena nacional, además de presentar cuáles fueron sus consecuencias: la articulación de la Pastoral Menor, el Artículo 227 de la Constitución Federal de 1988 y el *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

**Palabras clave:** Campaña de la fraternidad. Ciclo de la marginación. Infancia abandonada.

## Introdução

Um redemoinho de imagens, sons e movimentos compõe a década de 1980. Iniciava-se o processo de redemocratização. Um novo código de menores também marcou o período. O filme *Pixote* foi lançado em 1981, neste mesmo ano Chico Buarque gravou a canção *O meu Guri*. Nascia, em 1985, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; à época, concluía-se a nova Constituição em 1988. No ano anterior, 1987, a Campanha da Fraternidade teve como tema *o menor abandonado*. É impossível deixar de mencionar que este cenário foi, também, marcado por uma efervescência de movimentos sociais que, oriundos de diversas matizes ideológicas, colocaram em pauta direitos políticos, civis e sociais.

O Brasil vivenciou, nesse período, experiências que mudaram profundamente a ordem política, econômica e social. Convém observar que foi, em relação à questão da infância, marcado por importantes e decisivas conquistas, além do surgimento de grupos e entidades em prol da infância brasileira. Assim, a infância pobre e abandonada – até então invisibilizada, quando nas ruas – tornou-se tema de discussão e reflexão. A ideia de que as crianças e dos adolescentes eram sujeitos de direitos passou a ser defendida, diferente de outros discursos – circulantes nos primeiros anos da década de 1980 – que concebiam crianças e adolescentes como objetos de controle, disciplinamento e repressão social.

Para dar sequência na escrita, cabe ressaltar que a problemática do presente artigo parte da ideia de que a Igreja Católica contribuiu para dinamizar a discussão do chamado problema do menor<sup>1</sup> por vários meios; no entanto, foi a partir da Campanha da Fraternidade que a temática ganhou amplitude. A Campanha de 1987 levou a discussão às comunidades, aos grupos de famílias, deu espaço, garantiu o fôlego e fez novos adeptos. A campanha queria problematizar a maneira como a sociedade olhava para o público infantojuvenil que vivia nas ruas, queria retirar o estigma de menor, afinal, não se podia mais aceitar o problema do menor como sendo de segurança, com respostas policiais e repressivas. O menor deveria deixar de ser visto como ameaça à tranquilidade social, passando a ser tratado como pessoa, como cidadão. Diante disso, o artigo buscou responder: como essa a temática da infância pobre e

abandonada tornou-se tema para uma campanha nacional? Qual foi o objetivo principal da Campanha da Fraternidade de 1987? E, por fim, quais foram os seus desdobramentos?

A organização desta narrativa histórica – dividida em três partes: precedentes, acontecimento e desdobramentos – esteve pautada no conceito apresentado, pelo historiador francês François Dosse, no livro *Renascimento do Acontecimento*. Dosse concordou com Michel de Certeau ao afirmar que o acontecimento é o que ele se torna. No entanto, Dosse foi além quando sustentou a ideia de que o acontecimento não pode ser pensando isoladamente, seria necessário analisar o seu percurso, o seu antes e o seu depois. Ou, nas palavras de autor: “o acontecimento é compreendido duplamente como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis” (DOSSE, 2014, p. 6).

Foi exatamente com essa nova interpretação do acontecimento, esse renascimento do conceito proposto por Dosse, que me debrucei nas fontes analisadas para este artigo. As fontes são dois livretos da Campanha da Fraternidade – o texto-base utilizado nos encontros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o livreto da campanha da fraternidade utilizado nos encontros familiares/comunitários – e alguns relatórios parte do Arquivo da Pastoral do Menor que foram sistematizadas para tornar a Campanha da Fraternidade de 1987 como o fio condutor da trama; o acontecimento, a esfinge e a fênix.

### **Precedentes: a Igreja Católica, a Teologia da Libertação e a CNBB**

O ano de 1979 foi declarado, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o ano internacional da criança. Foi a partir dessa comemoração que se iniciou um longo e amplo processo que resultou em uma normativa internacional, construída ao longo da década de 1980, por meio da Convenção Sobre os Direitos da Criança. No Brasil, nesse período, aconteceram diversas manifestações de diferentes setores sociais em prol da democracia, e no interior dessas mobilizações estava à pauta relacionada ao público infantojuvenil. Nesse ínterim nasceu a Semana Ecumênica do Menor, derivado de um movimento com a participação das igrejas: Evangélica de Confissão Luterana, Católica, Metodista, Cristã Reformada no Brasil, Episcopal Anglicana, Episcopal do Brasil e Presbiteriana Independente. A primeira edição aconteceu em 1981 e teve como tema “A comunidade e a educação do menor”. Durante esse evento foi assinado, por membros representantes das igrejas acima relacionadas, um texto-compromisso, do qual se apresenta um trecho:

Assumindo na fé o compromisso com a criança oprimida e sofredora, queremos afirmar o respeito fundamental à dignidade humana que deverá induzir na sociedade atitudes radicais de

transformação da convivência humana que superem injustiças e dominações, e permitam a construção de um mundo fraterno segundo o desígnio do Pai. Com práticas solidárias com o pequeno, não estaremos longe do Reino de Deus (REVISTA TEMPO E PRESENÇA, 1991, p. 29).

Ao apresentar esse fragmento busca-se evidenciar o sistema de rede estabelecido entre a Igreja Católica e outras instituições religiosas. Diferentemente da primeira ideia que temos ao utilizar a palavra rede, as redes aqui não foram virtuais; mas, também tratam de conexões de pessoas, entidades, setores, instituições. O conceito aqui empregado esteve pautado Ilse Scherer-Warren, a autora afirma que as redes correspondem a um tipo de relação/articulação social que sempre existiu, apontando a atuação do movimento social com essa característica, que ora se ampliava em busca de empoderamento político, ora se retraía em suas especificidades (SCHERER-WAREN, 2008). O sistema de rede que foi abordado nesta parte do artigo está pautado nesta rede que teve a religiosidade como pano de fundo e que foi endossada por uma pauta em comum, nesse caso, os menores.

Os membros participantes, ao assinarem o texto-compromisso, formaram a Pastoral Ecumênica do Menor. Este fato fez com que a Semana Ecumênica do Menor, não se restringisse a uma edição, mas que continuasse a acontecer, anualmente, no decorrer da década de 1980. É importante frisar que, nas edições desse evento, membros das diversas instituições se reuniam para debates, seminários, formação de agentes multiplicadores, assim como para a organização do evento no ano posterior.

A II Semana Ecumênica do Menor, que aconteceu, em 1982, teve como temática *Transformar-se para transformar*. Nessa edição, foram estudados temas relacionados a internato, sexualidade, drogas e ecumenismo. No ano seguinte, 1983, aconteceu a terceira edição do evento, que teve como tema *Nós queremos viver*, uma discussão que tinha como objetivo refletir sobre a morte de inúmeras crianças em situação de rua e abandono. A IV Semana Ecumênica, 1984, teve como temática: *A boa-nova e o menor*, estudando a prática libertadora de Jesus. *A cidade e o direito do menor* foi tema do quinto ano da Semana.

A partir de 1986, todos os encontros, referentes à semana ecumênica do menor, se pautavam nas discussões de direitos, uma maneira de contribuir na elaboração de artigos para a Constituição Federal. As temáticas foram distintas: A VI Semana foi dedicada à *criança-profeta*; em 1987, o tema foi: *Nascemos para a vida, por que morrer tão cedo?* Por fim, no ano da promulgação da Constituição, na qual a Pastoral Ecumênica teve participação, a temática foi: *Direitos dos menores, direitos de Deus*.

Ainda em 1988, uma comissão se reuniu para pensar uma proposta de substituição do Código de Menores, estendida para a XI Semana Ecumênica, que teve como tema: *Criança,*

*prioridade absoluta*. Assim foi apresentado, como resultado das duas últimas semanas ecumênicas, um documento com 64 artigos, com base na proteção integral, conforme a Constituição Federal, era um pontapé inicial para o Estatuto da Criança e do Adolescente. Por fim, em 1990, aconteceu a X Semana Ecumênica do Menor, tendo como tema: A vida dos pequenos renova a história. Nesse último evento, a Pastoral Ecumênica elaborou cópias do Estatuto da Criança e do Adolescente; foram mais de cinquenta mil unidades, diagramadas, ilustradas e distribuídas em inúmeras cidades, juntamente com outros instrumentos de capacitação, inclusive o oferecimento de oficinas.

Esse trabalho de organização, que resultou em dez edições da Semana Ecumênica do Menor, foi possivelmente o de maior alcance e visibilidade sobre a questão. É evidente que durante esses encontros ecumênicos, e depois deles, tantas outras atividades foram realizadas, mas nenhuma teve uma sequência tão longa quanto. Afinal, durante uma década as pessoas de todo o País, vinculadas às diversas instituições religiosas cristãs, reuniam-se, anualmente, em São Paulo, para discutir, refletir e problematizar a temática do menor.

Esse movimento de rede e conexões externas evidencia o que era vivenciado no interior da Igreja Católica, ou ao menos em uma parcela significativa desta instituição. O sociólogo Eder Sader aponta que, entre as décadas de 1970 e 1980, novos personagens entraram em cena. Ao pensar a relação desses novos sujeitos e a Igreja Católica, pode-se articular dois fatores. O primeiro apresentou uma preocupação maior entre as relações estabelecidas pela Igreja Católica e os movimentos sociais. O segundo fator esteve associado ao que Sader identificou como a crise da Igreja Católica, ou de suas matrizes discursivas, o que fez com que essa instituição sofresse uma significativa perda de influência junto a seus fiéis. Na confluência desses dois fatores, a crise da Igreja e a necessidade de articulação das novas demandas sociais propostas por esses novos personagens, chega-se à Teologia da Libertação.

Neste sentido, vemos uma parte da Igreja Católica associada à Teologia da Libertação – e a um catolicismo militante – abrir espaço para os movimentos sociais. Portanto, foi debaixo do guarda-chuva dessa instituição, com um olhar pautado não na caridade, mas na libertação, que os movimentos sociais puderam se desenvolver. Ou nas próprias palavras de Sader “na medida em que a Igreja é reconhecida como instituição de Deus na Terra e na medida em que assumia os reclamos populares enquanto exigência evangélica, ela abriu um espaço de legitimidade por onde os protestos sufocados vieram à tona” (SADER, 1988, p. 161).

Em linhas gerais, a Teologia da Libertação, corrente teológica nascida na América Latina, parte da premissa de que se deve ter opção preferencial pelos pobres. Tal concepção, que representava uma novidade, estava pautada na interpretação do Concílio Vaticano II e nas deliberações promovidas na segunda e na terceira edição da Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979). Era preciso olhar para o povo e seu cotidiano, que passou a ser interpretado como espaço de luta, resistência e mudança social.

No Brasil, existia uma ala da Igreja influenciada pela Teologia da Libertação, tendo como base ações práticas em busca de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Assim, as comunidades leigas católicas e os movimentos sociais passaram a interagir e a enfrentar os novos desafios. Isto é o resultado da adesão de grupos sociais a esses espaços de atuação dentro do ambiente institucional católico, como foi a das inúmeras pastorais sociais.

No ano de 1975, o projeto especial de pastoral da CNBB organizou o 1º Encontro Nacional de Pastoral junto ao Menor Desassistido, que teve como objetivo uma adequação das pastorais ao problema das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Após dois anos, em 1977, a Arquidiocese de São Paulo, coordenada pelo bispo D. Luciano Mendes de Almeida organizava a primeira Pastoral do Menor e a ideia de que os considerados menores eram fruto de um estado de injustiça social que era responsável pelo ciclo da marginalização da qual as crianças e adolescentes pobres estavam designados.

Dentro desse panorama, no interior da igreja católica, os menores passaram a ser interpretados como agentes de sua própria libertação, e não apenas como alvos de projetos assistenciais e policiaescos. Se preocupação com o menor surgiu dentro de uma ala da Igreja Católica ligada a Teologia da Libertação, a pergunta que ganha espaço é: como tal demanda atingiu uma dimensão de âmbito nacional a ponto de constituir um tema da Campanha da Fraternidade?

### **O acontecimento: A Campanha da Fraternidade de 1987**

Um garoto só, sentado no meio fio da calçada, vestia um par de sandálias, calça jeans dobrada e uma regata. Seus braços estavam apoiados nos joelhos e a cabeça amparada nos braços. Talvez fosse cansaço, um pouco de tristeza ou, então, desamparo. Quem sabe tudo isso junto! Este era apenas um dos milhares de meninos que circulavam pelas ruas do nosso país na década de 1980, mais um desses que corriam de lá para cá, daqui para lá, na intenção

de continuar vivendo. Em uma das pausas da vida, ele foi fotografado. Sua imagem, agora congelada, estampava a capa do Livro da Campanha da Fraternidade.

A Campanha da Fraternidade de 1987, intitulada *Quem acolhe o menor, a mim acolhe*, nasceu na seguinte conjuntura. Aqui seria bem possível apontar uma série de fatores; no entanto, dois serão destacados, ambos diretamente relacionados à Teologia da Libertação. O primeiro estava associado com a tríade *ver-julgar-agir* – nova fundamentação da Igreja Católica – que, pautado nas pastorais e nas comunidades de base, consistia em observar criticamente os problemas do cotidiano, analisar e, por fim, agir com o objetivo de promover as mudanças necessárias.

O segundo tem por base a premissa de que a Igreja seguia as diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, nesse período, tinha como presidente um adepto da Teologia da Libertação, Dom Luciano Mendes de Almeida. Foi assim que os menores se tornaram tema da Campanha da Fraternidade de 1987: uma junção entre as novas ações e representações da Igreja Católica com a realidade nacional de milhares de crianças pelas ruas de nosso país.

A campanha de 1987 fez com que a temática do menor ganhasse maior amplitude. Afinal, a questão não era novidade no período; bastava ligar a televisão, ouvir o noticiário, ler o jornal, ou então circular pelas ruas. Quero, com isso, dizer que a referida campanha nasceu em um contexto em que o tema era constante nos debates políticos, na televisão, nos filmes e nas músicas. No entanto, há uma parcela populacional que somente a Campanha da Fraternidade, por meio das comunidades e grupos de famílias, conseguiu alcançar. Ainda é importante informar que a Campanha da Fraternidade inaugurava um novo olhar para com os considerados menores, os apresentavam como fruto de uma realidade injusta, como resultado de uma grande desigualdade social.

Dentre os vários subsídios criados para a Campanha da Fraternidade, aqui foram utilizados como fonte dois livros: o texto-base utilizado nas reuniões da CNBB e o livro de encontro com as famílias elaborado pela Diocese de Tubarão. O primeiro, intitulado texto-base, era um livro de 109 páginas, elaborado pela CNBB. Na capa, com cores quentes, em um degradê do laranja ao amarelo; no centro, a imagem, a fotografia de um menino, descrita a poucas linhas atrás. Na contracapa, estava a oração da Campanha da Fraternidade que trazia palavras-chave como: menores marginalizados, justiça, acolhida e libertação. Como o próprio nome diz, o texto-base é o documento principal; ele fundamentou toda a campanha. Entre suas páginas, dentro das possibilidades, discutia-se a realidade brasileira. Ali foram

apresentados fatos que demonstravam a ‘degradação’ do futuro do País: os menores e suas condições precárias de vida.

O livro é dividido em cinco partes: introdução geral; Desafios da realidade do menor, primeira parte; Quem acolhe o menor, a mim acolhe, segunda parte; Caminhos de libertação do menor, terceira parte e, por último, a conclusão. Na primeira página do livro, estava a indagação: quem é o menor? A resposta foi apresentada por meio de depoimentos das próprias crianças. Os menores são crianças e adolescentes empobrecidos, abandonados, oprimidos e marginalizados. São crianças e adolescentes não assistidos pelo poder público, fator que os levava a desenvolver – para sua sobrevivência e a de sua família – as mais diversas atividades, como, por exemplo: boia-fria, vendedor ambulante, picolezeiro, engraxate, reparador de carros, limpador de para-brisas, vendedor de santinho, catador de papelão, perambulante, pedinte, inclusive os que faziam pequenos furtos, utilizavam drogas e o que viviam na rua. (CNBB, 1987, p. 8).

A segunda parte do livro está fundamentada na Bíblia. Nesse espaço, são referenciadas todas as passagens em que as crianças apareciam. No Antigo Testamento, Deus foi representado como protetor dos órfãos, o que fazia justiça aos órfãos e às viúvas. No Novo Testamento, as práticas e o amor de Jesus Cristo para com as crianças foi evidenciada em diversas passagens dos evangelhos de Mateus e Lucas. Em resumo, são inúmeras as passagens que ressaltam a importância que as crianças tinham aos olhos de Deus.

Os caminhos da libertação do menor, título da terceira parte, apresenta as metas de ações transformadoras em favor dessa parcela populacional. Dois pontos foram apresentados como cruciais nessa parte do livro. Primeiro, a necessidade de romper com o ciclo de marginalização, e isso, segundo o texto-base, não deveria ser aplicado apenas ao menor, mas ao seu contexto, à família em que aquela criança vivia. Este fato, do menor e sua família, foi evidenciado nas propostas de ações concretas, pois somente assim se poderia pensar no rompimento do ciclo de marginalização. Várias foram as ações concretas apresentadas como possibilidade para equacionar esse problema: a Pastoral do Menor, a Pastoral da Criança, os educadores de rua, a instalação de cozinhas e creches comunitárias. A conclusão do livro era curta - apenas duas páginas - nas quais se afirmava ser necessário trabalhar com o menor, mas não apenas, pois sendo ele consequência, era preciso trabalhar as causas, e as causas eram sociais.

Depois da Conferência Nacional dos Bispos, a temática dos menores alcançou as casas de pessoas, pois era ali que aconteciam as reuniões da Campanha da Fraternidade. O livro, utilizado nos encontros com as famílias, tinha 52 páginas e foi elaborado pela Diocese

de Tubarão. Faz-se importante mencionar que esse pequeno livro foi elaborado de maneira regional, respeitando cada diocese, e que por conta disso trata de realidades específicas daquele lugar, embora em alguns momentos dialogue com problemas que aconteciam em várias partes do país.

A capa do livro, diferente do texto-base, utiliza um desenho; no entanto, o menor continua em destaque. Uma criança na mesma posição da fotografia, mas sentada sobre uma cruz. A cor predominante também era o amarelo; lá no horizonte, o sol nascia, anunciando um novo dia, talvez novas possibilidades para essa criança marginalizada. Na contracapa, assim como no texto-base, a oração da Campanha da Fraternidade de 1987. Na segunda página há recomendações práticas: a preparação dos animadores pela paróquia, dicas para providenciar o material de cada encontro com antecedência, orientação para diálogos após cada estação da via-sacra.

Como já dito o livro de encontros era uma produção local, pautado na realidade diocesana, resultando em uma abertura/apresentação escrita pelo bispo. Naquele espaço o bispo propôs um olhar atento ao menor em sua diocese, em sua comunidade: “será que todos os menores têm escola? Têm amor em casa ou nem casa têm? Haverá menores trabalhando em trabalhos de gente grande? Têm menores nas ruas? Estão aprendendo ou se obrigando a tomar mais caminhos?” (CF, 1987, p. 3). Foram com as indagações que as pessoas começaram a caminhada da Campanha da Fraternidade de 1987, tendo os menores como ponto crucial de discussão e problematização.

O livro foi dividido em cinco partes principais: as orações iniciais, a via-sacra, as orações finais, os cânticos e as propostas de ações concretas. A sugestão era a realização de cinco encontros, em cada um deles deveria haver a leitura da via-sacra, a mesma em todos os encontros, acompanhada de uma oração inicial e final, diferentes para cada dia. Os cânticos aconteciam no decorrer da celebração; o hino da libertação dos menores, em particular, era indicado, pelo livro, para todos os encontros.

A via-sacra é uma espécie de oração em grupo, uma espécie de ritual preparatório para a celebração da Páscoa, dividida em treze estações, cada qual representa uma fase do calvário sofrido por Jesus Cristo. No entanto, nessa campanha o personagem de Cristo foi substituído pelo menor, demonstrando as diversas mazelas sociais sofridas por esses sujeitos. Cada estação da via-sacra foi adaptada de modo a considerar como foco central o problema do menor<sup>ii</sup>.

No decorrer do livro e à medida que os encontros comunitários/familiares aconteciam, o Ciclo da Marginalização – conceito muito presente no contexto da década de

1970 e 1980 – se tornava uma constante. A leitura, realizada em grupo, apresentava o Ciclo da marginalização com algo que possivelmente poderia ser interrompido, afinal, de acordo com o material, o menor não havia nasceu mau. A marginalização teria muito mais a ver com uma realidade social injusta, na qual há marginalização e a pobreza dos cidadãos, das famílias refletia de maneira direta nas crianças e adolescentes. O ciclo da marginalização pode ser interpretado como um percurso pelo qual uma criança ou adolescente passaria de um posto de abandono moral e/ou material, para as vivências da rua, logo estaria morando na rua da cidade e, por fim, teria a delinquência como o encerramento do ciclo.

A parte final do livro, depois da finalização dos encontros em família, sugeria a organização de uma última reunião, num sentido mais amplo, na maioria dos casos, paroquial. Nesse dia, o grupo ampliado deveria pensar sobre as propostas de ações concretas para a libertação do menor. No livro foram apresentadas nove: organizar a Pastoral do Menor; criar a Pastoral da Criança; organização comunitária das famílias pobres; incentivar associações de menores trabalhadores; ações junto aos sindicatos; acompanhar de maneira direta a constituição; realizar um júri simulado; criar um centro de educação comunitário; criar a catequese em situações especiais. Assim, cada paróquia deveria pensar a articulação dessas ações em prol da libertação do menor, e colocá-la em prática; eram os desdobramentos do acontecimento: a articulação da Pastoral do Menor no cenário nacional, o artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

### **Desdobramentos: A Pastoral do Menor, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente**

O ano de 1987 foi um marco. A partir daí, a Pastoral do Menor passou a ser interpretada como uma ação concreta da Igreja Católica, tendo como missão: “Promover e defender a vida das crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais” (PASTORAL DO MENOR, 1999, p. 3).

A campanha da Fraternidade de 1987 realizou uma grande articulação no interior da própria Igreja, esse período foi marcado pelo surgimento de pastorais do menor em várias partes do território nacional, estabelecendo-se, assim, uma grande rede interna em proteção ao menor. No entanto, é preciso lembrar que a história da Pastoral do Menor teve seu início em 1977, quando dom Luciano Mendes de Almeida – bispo da arquidiocese de São Paulo – criou ali a primeira Pastoral do Menor. A Campanha da Fraternidade pode ser considerada um meio de articulação em 1988 que resultou na sua organização em esfera nacional. Atente-se para o nome do bispo: Luciano Mendes de Almeida. Sim, ele fundou a primeira pastoral do menor

em São Paulo em 1977. A roda da vida girou e, dez anos depois, em 1987, instituiu a marginalização do menor como temática para a Campanha da Fraternidade.

Com a concretização da Pastoral do Menor em esfera nacional, aconteceram alguns eventos de grande importância dentro do contexto da Igreja Católica, visando uma (re) estruturação e fortalecimento das redes internas; exemplo foi a 1ª edição do Seminário Nacional da Pastoral do Menor. A primeira edição aconteceu em Belo Horizonte, em 1989, e o encontro – além de discutir sobre violência e a pedagogia do direito – teve como objetivo agregar pessoas interessadas nos trabalhos da Pastoral do Menor. Na sequência, no decorrer da década de 1990 aconteceram as assembleias nacionais da Pastoral do Menor. A primeira foi realizada em 1993, em Minas Gerais, e teve como tema *identidade e organização da Pastoral do Menor*. Dele participaram 134 pessoas, dos quais 101 eram delegados regionais. Foi, também, durante essa assembleia que a pastoral foi (re) organizada, estruturada em instâncias. Instituiu-se, no âmbito regional, uma coordenação diocesana. Estas, quando agrupadas, formaram a Coordenação Regional. A união de várias regionais forma o âmbito da região e, por último, a coordenação nacional.

A segunda assembleia aconteceu em 1996, e teve como objetivo discutir o projeto sócio-político da Pastoral do Menor. É importante pensar que essas estruturas (regionais, região e nacional) foram pontos dinâmicos, talvez pontes, que se conectavam, e que, assim, trocavam informações, procedimentos, experiências. Isto possivelmente explique o fato de a sugestão da ideia de um júri popular do menor tenha sido proposta pelo livro da Campanha da Fraternidade em 1987, evento que já acontecia no Piauí desde 1984, quando foi realizado o I Tribunal do Menor.

Para além das redes firmadas no interior do espectro da igreja católica, merecem destaque as redes externas firmadas pela Pastoral do Menor. São conexões que não possuem vínculo religioso, mas que mantinham a preocupação com o menor como uma pauta-comum. A parceria com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é o exemplo mais palpável dessa conexão. Exemplo disso foi a participação da Pastoral do Menor na organização do 2º Encontro Internacional de Meninos e Meninas de Rua, que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro. O evento teve duração de três dias; contou com a participação de vários segmentos sociais, e também com crianças e adolescentes em situação de rua.

Além disso, ambos – tanto a Pastoral do Menor, quanto o MNMMR – foram, juntamente com outros movimentos sociais, responsáveis pelo Fórum Permanente das Entidades Não-Governamentais dos Direitos das Crianças e Adolescentes (FPDCA). Foi a partir desta movimentação que a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de

direitos foi espalhada país afora e a proteção integral passou a ser garantida por meio do artigo 227<sup>iii</sup> da Constituição Federal promulgada em outubro de 1988. O referido artigo era dedicado especificamente à criança e ao adolescente, rompia com a ideia da situação irregular e universalizava a noção de direito para todas as crianças e adolescentes.

Por fim, a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente deu-se de acordo com os procedimentos utilizados no processo de aprovação da Constituição Federal de 1988. Dezenas de instituições e movimentos sociais passaram a integrar o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos Crianças e Adolescentes, instituído em março de 1988, dentre estes estavam o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Pastoral do Menor. Foi a partir desse momento que foram organizados, em todo o território nacional, muitos encontros, debates, congressos, reuniões e eventos que tinham por objetivo contribuir na elaboração do texto estatutário. Assim, como parece acertado afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi escrito por milhares de pessoas<sup>iv</sup>, é importante salientar a participação dos representantes da Pastoral do Menor.

### **Considerações finais**

A Campanha da Fraternidade de 1987, ao ser apresentada como acontecimento, foi aqui pensada como esfinge, como algo que permanece, que é um marco. Mas também foi interpretada como a fênix, como algo que nunca desaparece, que brinca de morrer e ressuscitar, por meio de seus vestígios. Assim, a Campanha da Fraternidade foi pensada, problematizada como desfecho e como abertura de possíveis, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – que em nossa sociedade atual é algo presente – foi para esses movimentos e redes, um horizonte de expectativa, como uma alavanca para as mudanças sociais em um futuro não distante.

Nessa mesma perspectiva estava o horizonte de expectativa da Igreja Católica: a libertação desses menores por meio da desconstrução do estigma do menor associado ao desejo de uma vida justa para crianças e adolescentes vítimas do ciclo da marginalização. E, pautado nesse horizonte que se vislumbrava, o campo de experiência foi sendo construído por meio de redes, de sistemas que se interligavam, conectavam o País de norte a sul: Pastoral do Menor.

Para finalizar, cabe ressaltar que os movimentos sociais são constituídos por pessoas; embora elas não apareçam aqui de maneira direta, a Pastoral do Menor era feita por gente. Gente de carne, osso e amor ao próximo. Foram essas pessoas que, no interior da instituição

religiosa, organizaram os eventos, discutiram, refletiram e foram às ruas, formaram conexões. Redes que resultaram no menor como tema da Campanha da Fraternidade nacional, e, como consequências: criação das pastorais do menor, implantação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Sergio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene. *A criança no Brasil hoje*. Desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Santa Ursula, 1993; p. 103–111.

AREND, Silvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In: VENANCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 339-359.

BORAN, Jorge, *Senso Critico e o Método*. Ver Julgar Agir, Para Pequenos Grupos De Base, São Paulo, Edições Loyola, 1981.

CNBB - Texto-base da Campanha da Fraternidade. Brasília: Editora Sig, 1987.

CNBB. Campanha da Fraternidade “*Quem acolhe o menor, a mim acolhe*”. Diocese de Tubarão: Gráfica Dehon, 1987.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. *A criança, o adolescente e o município: entendendo e implementando a lei 8069/90*. 1990.

DOSSE, François. *O renascimento do acontecimento: Um desafio para o historiador: entre esfinge e fênix*. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: Uma década de sangue e esperança*. São Paulo: Loyola, vol. 2, 1982,

GUTIERREZ, Gustavo. *Teología de la liberación-perspectivas*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971.

JEREMIAS, Ednom Luiz. *Lutas, Utopias e Resistências: memória histórica da Pastoral da Juventude na região sul de Santa Catarina*. 2001. Monografia (Especialização) em História. Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC), Criciúma/SC.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre a história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

MORELLI, Ailton José. *A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Assis/SP.

PASSETI, Edson. *O que é o menor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PINHEIRO, Ângela. *Criança e adolescente no Brasil: o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2005.

PASTORAL DO MENOR. Projeto Político. Cachoeira do Campo – MG, 1999.

REVISTA TEMPO e PRESENÇA, a. 13, n. 258, jul./ago. 1991. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Rio de Janeiro: Gráfica Supernova.

RIBEIRO, Helcion. *Religiosidade popular na teologia latino-americana*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. A intriga e a narrativa histórica*. V.1. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, v. 21, n. 1, 2006. p. 109-130.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH* (online), v. 21, n.54. 2008.

Recebido em: 26/05/2020  
Aprovado em: 28/02/2021  
Publicado em: 07/05 2021

## Notas

\* Doutora em História. Pesquisadora associada a ANPUH, participa do GT Nacional de História da Infância e Juventude e do Laboratório de Relações de Gênero e Família - LABGEF, da Universidade do Estado de Santa Catarina. É membro da Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina (REHIAL). Orcid ID: 0000-0002-1394-5180. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7432686960672378>. Contato: lismachieski@gmail.com

<sup>i</sup> O termo *menor* é uma construção social, pautada no discurso jurídico, tendo como baliza fatores de ordem social, econômica, moral e não apenas o quesito idade (inferior a 18 anos). Assim, *menor* passou a ser sinônimo de criança *abandonada* e/ou *delinquente* que, excluída do cenário escolar, perambulava pelas ruas, em oposição à noção de infância considerada civilizada. A opção pela utilização do termo menor está justificada por ser um termo da época e por dar mais inteligibilidade a questão.

<sup>ii</sup> Na primeira estação: Na criança, Jesus é condenado à morte, antes do nascimento; II Estação: No menor Jesus recebe a cruz; III Estação: A criança pequena cai pela primeira vez, grita e suplica amor; IV Estação: O menor encontra sua mãe: na rua; V Estação: O irmão ajuda-o a carregar a cruz. VI Estação: Pessoas de boa vontade reconhecem Jesus no rosto do menor; VII Estação: O menor, agora, adolescente, cai pela segunda vez. Grita mais forte. Suplica amor. VIII Estação: O menor faz sua denúncia profética; IX Estação: O menor, agora jovem, cai pela terceira vez. Mata ou morre. X Estação: No jovem, Jesus é despojado das vestes da esperança; XI

---

Estação: No menor, Jesus é pregado na cruz; XII Estação: No jovem, Jesus dá um grande grito e morre; XIII Estação: A mãe rua recebe em seus braços o corpo do menor sofrido; XIV Estação: Os preconceitos dos grandes sepultam o menor; XV Estação: O menor não é problema, o menor é solução. As pessoas de boa vontade ressuscitam Jesus no menor.

<sup>iii</sup> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

<sup>iv</sup> COSTA, Antônio Carlos Gomes. *A criança, o adolescente e o município*: entendendo e implementando a lei 8069/90. 1990.